
Abadia presta depoimento no seu processo de extradição

O colombiano Juan Carlos Abadia, acusado de tráfico de drogas, presta depoimento na tarde desta quarta-feira (21/11), no presídio federal de Campo Grande (MS), onde ele está preso. Foi a primeira audiência no seu processo de extradição, que tramita no Supremo Tribunal Federal.

Abadia foi preso na Grande São Paulo, em um condomínio fechado de luxo em Aldeia da Serra, em agosto deste ano. Ele era um dos traficantes mais procurados no mundo pela agência antidrogas dos Estados Unidos. Também é suspeito de ser o mandante de centenas de homicídios na Colômbia e Estados Unidos, entre eles, de policiais e informantes.

Na tarde desta quarta, ele prestou depoimento ao juiz Odilon de Oliveira, da Vara de Execuções Federais de Campo Grande. O juiz atuou por designação do ministro Eros Grau, relator do processo de extradição no Supremo.

O pedido de Extradição de Abadia foi feito pelo governo dos Estados Unidos. Lá, ele é acusado de tráfico internacional de drogas e, pelo menos, 13 assassinatos. Em outubro, o governo norte-americano entregou ao Supremo a documentação exigida para formalizar o pedido de extradição.

O Ministério Público calcula que Abadía tenha trazido ao Brasil cerca de US\$ 9 milhões, dinheiro que se presume produto do tráfico de drogas. No Brasil, o colombiano investiu principalmente em imóveis. Sua fortuna no exterior, entretanto, é incalculável. Ele seria o titular de cerca de 20 empresas e teria mais de 300 imóveis na Colômbia e nos Estados Unidos.

Abadia também responde a processo criminal na Justiça Federal de São Paulo. O juiz Fausto Martin De Sanctis, da 6ª Vara Criminal Federal, já marcou dois leilões, em janeiro, para vender imóveis do colombiano. O patrimônio geral posto à venda terá lance mínimo de R\$ 6 milhões.

A Polícia Federal pediu à 6ª Vara Criminal Federal que parte do dinheiro conseguido nos leilões e o dinheiro que foi apreendido com a quadrilha do colombiano sejam utilizados para a compra de imóveis vizinhos à Superintendência da PF, na Lapa, zona oeste de São Paulo. Segundo a direção da instituição, a reestruturação da corporação — e contratação de mais policiais — tornou necessária a ampliação do prédio. O juiz ainda não decidiu sobre o destino do dinheiro, que ficará depositado em fundo até o fim do processo.

Date Created

21/11/2007